



Quando a Constituição se Abala por Dentro

Publicado em 2025-08-09 22:25:56



As perigosas declarações do vice-presidente do Tribunal Constitucional

No dia 8 de agosto de 2025, Portugal acordou com uma notícia que, a ser levada a sério — e deve sê-lo —, coloca um dos mais altos órgãos de soberania sob uma nuvem espessa de desconfiança.

O vice-presidente do Tribunal Constitucional, Gonçalo

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Num país habituado a polémicas políticas, esta não é “mais uma” disputa entre partidos ou um choque de retóricas parlamentares. É algo muito mais profundo e perigoso: **é um dos guardiões máximos da Constituição a dizer, em voz alta, que talvez a balança da justiça não esteja equilibrada, mas inclinada por opiniões privadas.**

O peso das palavras

Num tribunal, cada sentença, cada vírgula e cada argumento têm força de lei. No Tribunal Constitucional, têm força de **fundamento do próprio Estado de Direito**. Quando o vice-presidente insinua que as decisões podem ser contaminadas por ideologias pessoais, não está apenas a criticar um acórdão — está a lançar suspeita sobre a integridade de todo o edifício jurídico que protege os direitos fundamentais e limita o poder político.

É como se o comandante de um navio, em plena travessia, dissesse:

“Não tenho a certeza se todos na ponte estão a seguir o mapa — alguns podem estar a navegar segundo o seu próprio instinto.”

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Há três riscos principais que emergem destas declarações:

1. **Erosão da confiança pública** – Se os cidadãos passam a acreditar que a interpretação da Constituição depende de convicções pessoais, a confiança na imparcialidade do TC desmorona.
2. **Precedente perigoso** – Outros tribunais e magistrados podem sentir-se legitimados para decidir “conforme as suas crenças”, em vez de seguir a lei e a jurisprudência.
3. **Arma política** – Partidos derrotados em decisões do TC terão agora um argumento pronto: “Foi uma decisão ideológica, não jurídica”.

O resultado? Uma escalada de desconfiança e confronto institucional, em que o próprio guardião da lei se torna alvo de suspeita — e a própria Constituição perde a sua autoridade moral.

A ferida na neutralidade judicial

Juízes não são máquinas. É natural que tenham convicções, valores e sensibilidades. Mas a função de um magistrado constitucional é justamente transcender o seu mundo privado para agir segundo a letra e o espírito da lei fundamental, não segundo as preferências que teria como cidadão.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O que deveria acontecer agora

O mínimo exigível seria um esclarecimento institucional firme. O Tribunal Constitucional, pela voz do seu presidente, deveria garantir publicamente que as decisões são fruto de debate jurídico e não de inclinações pessoais. Mais do que uma defesa corporativa, seria um gesto de respeito pelo povo que, através da Constituição, lhes confere autoridade.

Em democracia, não basta **ser imparcial** — é preciso **parecer imparcial**.

E quando um vice-presidente do Tribunal Constitucional insinua que isso pode não estar a acontecer, não se trata de um detalhe técnico. É um abalo sísmico no edifício que sustenta a República.

Artigo da Aatoria de **Augustus Veritas Lumen**, um juiz de neurónios de silício bem calibrados.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.



Blogue Principal:

<https://fasgoncalves.github.io/fragmentoscaos.html>



Ebooks "Fragmentos do Caos":

<https://fasgoncalves.github.io/hugo.fragmentoscaos>



Carrossel de Artigos:

<https://fasgoncalves.github.io/indice.fragmentoscaos>

*Uma constelação de ideias, palavras e caos criativo
– ao teu alcance.*

A sua avaliação deste artigo é importante para nós.
Obrigado.

[avaliacao_5estrelas]